



**observatório
universitário**

*Extensão Universitária e o Censo da
Educação Superior: uma Nota Técnica*

Documento de Trabalho n.º 54

Violeta Monteiro

Versão Preliminar para Comentários e Sugestões

Maio de 2006

O **Observatório Universitário**, é um núcleo do instituto **Databrasil – Ensino e Pesquisa** que se dedica ao desenvolvimento de estudos e projetos sobre a realidade socioeconômica, política e institucional da educação superior.

O **Observatório Universitário** alia, de forma sistemática, pesquisas acadêmicas, multidisciplinares, com a execução de iniciativas voltadas à solução de problemas práticos inerentes às atividades da educação superior. A série *Documentos de Trabalho* tem por objetivo divulgar pesquisas em andamento e colher sugestões e críticas para aperfeiçoamento e desdobramentos futuros.

Observatório Universitário

Databrasil – Ensino e Pesquisa

Autoria

XXXXX

vmonteiro@databrasil.org.br

Coordenação

Edson Nunes

Paulo Elpídio de Menezes Neto

Coordenação de Projetos

Violeta Monteiro

Equipe Técnica

André Magalhães Nogueira

David Moraes

Enrico Martignoni

Ferananda Joffily França

Helena Maria Abu-Mehri Barroso

Ives Ramos

Leandro Molhano Ribeiro

Márcia Marques de Carvalho

Patrícia de Oliveira Burlamaqui

Vitor de Moraes Peixoto

Wagner Ricardo dos Santos

Rua da Assembléia, 10/4208 – Centro

20011-901 – Rio de Janeiro – RJ

Tel./Fax.: (21) 3221-9550

e-mail: observatorio@observatoriouniversitario.org.br

<http://www.observatoriouniversitario.org.br>

SUMÁRIO

I - UNIVERSO DE ANÁLISE	1
II - CONCEITUAÇÃO DO UNIVERSO DE ANÁLISE	2
III - TAXAS E/OU INDICADORES	3
IV - CONSIDERAÇÕES FINAIS	10
DOCUMENTOS DE TRABALHO DO OBSERVATÓRIO UNIVERSITÁRIO	11

I - UNIVERSO DE ANÁLISE

- a) Conjunto de cinco (05) tabelas correspondendo às questões 90, 92, 94, 95 98 e 99 do Censo da Educação Superior 2004
- b) Dados disponíveis no *site* do INEP em relação ao Censo da Educação Superior 2004, em 27 de abril de 2006
- c) MEC/INEP, Manual do Censo da Educação Superior 2005
- d) Documentos disponíveis no *site* da Rede Nacional de Extensão (RENEX), em 27 de abril de 2006
- e) Documentos elaborados pelo CONAES, principalmente: Avaliação Externa de Instituições de Educação Superior: Diretrizes e Instrumentos
- f) Legislação Educacional

II - CONCEITUAÇÃO DO UNIVERSO DE ANÁLISE

De acordo com o *site* do INEP, “O Censo da Educação Superior coleta, anualmente, uma série de dados do ensino superior no País, incluindo cursos de graduação, presenciais e à distância. A sua finalidade é fazer uma radiografia deste nível educacional..... Com base nesse conjunto de dados, apresentados de maneira detalhada, o Censo da Educação Superior oferece aos gestores de políticas educacionais uma visão das tendências de um nível de ensino em processo de expansão e diversificação.”

Para cumprir seus objetivos, tanto do ponto de vista da elaboração de uma radiografia como o de fornecer subsídios para o aperfeiçoamento da política e da prática extensionista, é fundamental que os dados disponibilizados pelo Censo possam ser traduzidos em informações que possibilitem a avaliação das atividades de “*extensão, entendida como prática acadêmica que interliga a universidade nas suas atividades de ensino e de pesquisa com as demandas da maioria da população, possibilita essa formação do profissional cidadão e se credencia cada vez mais junto à sociedade como espaço privilegiado de produção do conhecimento significativo para a superação das desigualdades sociais existentes*”¹

Por essa razão, tentaremos, no que se segue, abordar a questão nessas duas dimensões, ou seja: a capacidade do Censo em mapear as atividades extensionistas realizadas pelas IES e dos dados disponibilizados pelo Censo se transformarem em informações que possibilitem a avaliação das atividades de extensão em seu papel articulador das relações entre comunidade acadêmica e a

¹ **Plano Nacional de Extensão Universitária.** Edição Atualizada, Brasil 2000/2001. Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras e SESu / MEC, disponível no site da Rede Nacional de Extensão (RENEX), em 27 de abril de 2006.

sociedade. Complementarmente, é importante observar se as informações disponibilizadas pelo Censo são metodologicamente consistentes e comparáveis.

Não se trata de uma análise em profundidade; busca-se, sim, nesta nota técnica, verificar a existência de informações básicas, necessárias ao conhecimento e acompanhamento da realidade física (territorial, ambiental, econômica, demográfica e social), imprescindíveis para tomada de decisões nas mais variadas áreas.

Registre-se, ainda, que, neste primeiro momento, os comentários priorizam as informações agregadas -- nível Brasil -- embora as tabelas apresentem os dados por categoria administrativa, tipo de IES e por região. Isso quer dizer que, num segundo momento, com base nos dados disponíveis no *site* do INEP, será possível replicar as análises para esses recortes.

Finalmente, são objeto desta nota apenas as tabela:

- . Q.90 - Programas, projetos vinculados, público atendido e equipe envolvida
- . Q.92 - Projetos não vinculados, público atendido e equipe envolvida
- . Q.94 e 05 - Cursos de extensão presenciais e à distância e concluintes
- . Q.98 - Eventos, por tipo de evento e área de conhecimento
- . Q.99 - Prestações de serviços institucionais, por tipo de serviço

III - TAXAS E/OU INDICADORES

Por óbvio, não cabe, aqui, descrever as taxas, ou níveis de participação, que podem ser calculados com base nas informações constantes das tabelas indicadas, assim como aquelas para as quais poderíamos utilizar outros dados o Censo (participação discente, docente e do corpo técnico em programas extensionistas como proporção do total de alunos professores e técnicos das IES, etc.).

Cabe, porém, com o concurso de definições fornecidas pelo Manual do Censo da Educação Superior 2005, tentar avaliar, inicialmente, o que significam e o que mostram, de fato, os dados disponíveis (Registre-se que, as mesmas definições, com mínimas variantes que não alteram seu conteúdo, encontram-se em documentos elaborados pelo Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras²).

² Planilha de Produção Quantitativa da Extensão Ano Base 2002 – **Ações de Extensão**, disponível no *site* da (RENEX), em 27 de abril de 2006.

PROGRAMA : conjunto de ações de extensão de caráter orgânico-institucional, com clareza de diretrizes e orientadas a um objetivo comum. Na prática, são formas de articulação de projetos e outras ações existentes (cursos, eventos, prestação de serviços e produção acadêmica), em uma grande ação de médio a longo prazo.

PROJETO: conjunto de ações contínuas de caráter comunitário, educativo, cultural, científico e tecnológico. O Projeto pode estar vinculado(ou não) a um Programa (forma preferencial) ou ser registrado como Projeto Isolado (sem vínculo a programa). O registro de projeto deve ser renovado anualmente. INCLUI: Projeto de Extensão, Projeto de Ação Comunitária, Projeto de Ação Social, Projeto Cultural, Projeto Tecnológico.

Com essas definições em mente, tentemos verificar o que nos diz a tabela que informa os resultados obtidos para programas e projetos vinculados (Q. 90). Ficamos sabendo, pelos dados apresentados, que, em 2004:

- . foram realizados, no Brasil, 8.764 programas
- . com uma média de 4,35 programas por IES
- . com uma média de 3,72 projetos vinculados por programa
- . cada projeto vinculado atingindo, em média, um público de 1.215 pessoas
- . cada projeto vinculado envolvendo em média 1,58 professores, 1,81 alunos bolsistas, 10,75 alunos não-bolsistas, 0,51 alunos de pós-graduação, 0,63 técnicos e 4,36 pessoas externas à instituição

Observamos que as IES públicas realizaram, em média, 7,50 programas por IES enquanto as instituições privadas apresentaram um taxa inferior de, apenas, 3,96 programas por IES. Os dados do Censo mostram, também, tomando-se como referência apenas os dados globais relativos a programas e projetos, que os projetos vinculados realizados pelas IES públicas atingiram um público maior, aprox. 2.107 pessoas, que o que se beneficiou das iniciativas empreendidas pelas IES privadas (1.022,43 pessoas por projeto vinculado). Considerando-se que as IES públicas são, basicamente, universidades e estão localizadas em capitais ou cidades de médio e grande, é possível que essa diferença deva-se ao porte/tipo e à localização institucional. Ou seja, o entendimento adequado depende de dados que vão além dos disponíveis nas tabelas encaminhadas.

Como dito anteriormente, podemos, para tentar enriquecer essas informações e calcular essas taxas por tipo de instituição e região. Podemos, ainda, com dados também disponíveis no Censo, medir o que significam esses números em relação ao total de docentes e ao total de alunos por categoria administrativa, tipo de instituição e região. E, com dados externos, do IBGE, por exemplo, podemos relacionar esses dados com os relativos à população, em termos de Brasil e região, numa tentativa de dimensionar o impacto das atividades extensionistas.

Que tipo de projetos são esses? A natureza desses programas e/ou projeto

permitem que sejam tratados, e seus resultados avaliados, de forma tão agregada? O que significa Projeto de Extensão, Projeto de Ação Comunitária, Projeto de Ação Social, Projeto Cultural, Projeto Tecnológico? O que esses números querem dizer?

O mesmo raciocínio pode ser desenvolvido para Projetos Não Vinculados, a eles se aplicando as mesmas observações.

	IES	Projetos Vinculados		Projetos Não Vinculados	
		Proj/IES	Pub/Proj.	ProjN/IES	ProjN/Pub
Brasil	2.013	16,20	1.214,85	8,55	1.099,29
Pública	224	25,83	2.107,27	39,08	1.272,52
Privada	1.789	15,00	1.022,43	4,72	919,90

	IES	Projetos Vinculados		Projetos Não Vinculados	
		Projetos	Publico	Projetos	Publico
Brasil	2.013	32.620	39.628.451	17.207	18.915.569
Pública	11,13%	17,74%	30,77%	50,87%	58,89%
Privada	88,87%	82,26%	69,23%	49,13%	41,11%

É interessante registrar que, como se observa na tabela acima, embora as IES públicas apresentem uma relação bem mais elevada que as privadas em termos de projeto (tanto vinculado como não vinculado) por instituição – o que em princípio se justifica pela superioridade numérica das instituições privadas não universitárias –, o público atingido pelos projetos não vinculados das instituições públicas é maior que atingido pelas instituições privadas. O que isso quer dizer? Por que, quando se trata de projetos vinculados, o comportamento é inverso? Será que o caráter dos projetos vinculados – por definição, entende-se, ou espera-se, que seu desenvolvimento seja pautado por uma visão no mínimo mais sistêmica ou orgânica, da IES responsável pelo projeto – justifica esse resultado?

EVENTO: Ação extensionista que implica na apresentação e exibição pública e livre ou também com clientela específica, do conhecimento ou produto cultural, científico e tecnológico desenvolvido, conservado ou reconhecido pela Universidade. Para atividade de 8 horas ou mais, com avaliação, classificar como curso. Inclui: CONGRESSO (ou Conclave, Convenção, Conferência), Encontro (ou Jornada, Reunião, Simpósio, Fórum, Colóquio), CICLO DE DEBATES (ou Ciclo de..., Circuito, Semana de..., Campanha, Escola de Férias), EXPOSIÇÃO (ou Feira, Mostra, Lançamento, Exibição), MESA-REDONDA (ou Painel, Debate, Conferência, Tele-conferência, Apresentação de Caso, Apresentação de Trabalho Selecionado, Grupo de Trabalho, Reunião, Rodada), SEMINÁRIO (ou Workshop, Assembléia, Oficina, Laboratório), ESPETÁCULO (ou Recital, Concerto, Show, Apresentação Artística, Apresentação Cultural), EVENTO ESPORTIVO (ou Campeonato, Torneio, Olimpíada, Apresentação Esportiva) e FESTIVAL.

As atividades extensionistas caracterizadas como eventos têm uma dimensão comparativa que dificulta seu entendimento no que se refere ao impacto dessa atividade para a comunidade: o que diferencia o público atendido daquele considerado em outras atividades como, por exemplo, na categoria Espaços e Museus Culturais ou na categoria Cine-Clubes (ambas classificadas como Prestação de Serviços).

Brasil - IES	Público por Evento	Evento por IES
Pública	143,88	126,89
Privada	66,10	72,16

Além disso, como avaliar se os números constantes da tabela acima são positivos ou negativos? Além das dimensões contempladas nas tabelas sobre extensão, existem referentes específicos vinculados a uma única instituição, ou um conjunto de instituições, que tornam os resultados obtidos dependentes de valorações mais amplas e que não podem ser desconsideradas. Por exemplo, o resultado da atividade extensionista na comunidade será fortemente influenciado pela localização – majoritariamente na capital ou no interior -- da instituição, ou do conjunto de instituições.

***CURSO:** conjunto articulado de ações pedagógicas, de caráter teórico ou prático, presencial ou a distância, planejadas e organizadas de modo sistemático, com carga horária mínima de 8 horas e processo de avaliação formal. Categorias iniciação, atualização, qualificação e treinamento profissional. INCLUI: oficina, workshop, laboratórios, treinamentos, qualificação, capacitação. Prestação de Serviços realizada como curso devem ser registradas como curso.*

Do ponto de vista da definição, se tomada sem levar em conta o Censo como um todo, ou seja, do ponto de vista de quem apenas usa os resultados do Censo, a definição acima permitiria uma pergunta: cursos de pós-graduação *lato sensu* como os de extensão, aperfeiçoamento e especialização estariam incluídos em cursos. Ou seja, seria interessante que a definição pudesse melhor qualificar a categoria.

	Cursos Presenciais			Cursos à Distância		
	Até 30 hs	Mais de 30	Total	Até 30 hs	Mais de 30	Total
Brasil	15.610	11.093	26.703	260	533	793
Pública	4.525	5.286	9.811	56	252	308
Privada	11.085	5.807	16.892	204	281	485
	Presenciais - Concluintes por curso			À Distância - Concluintes por curso		
	Até 30 hs	Mais de 30		Até 30 hs	Mais de 30	
Brasil	44,15	50,81		64,13	145,25	
Pública	41,00	59,70		138,64	226,09	
Privada	45,44	42,71		43,67	72,75	

Como era de se esperar, os cursos à distância ainda estão em processo de consolidação e representam uma parcela bem menor dos presenciais embora, também como esperado, com uma taxa de concluintes por curso superior àquela apresentada pelos cursos presenciais. Porém, qualquer avaliação mais substantiva só pode ser feita à luz de outras variáveis não disponíveis na tabela do Censo sobre cursos enquanto atividade extensionista. Por exemplo, sem informações por área de conhecimento e sem informações mínimas sobre a localização da IES (capital e/ou interior, uma vez que as fronteiras dos cursos à distância ou são bem mais flexíveis ou inexistentes) qualquer avaliação restará prejudicada.

Além disso, e pensando na atividade de extensão como instrumento de realização do compromisso social das instituições de educação superior, seria interessante registrar o quanto dessas atividades são remuneradas. Essa observação, é claro, não se aplica, apenas, aos cursos mas também àquelas realizadas em todas as demais categorias.

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS: Realização de trabalho oferecido ou contratado por terceiros (comunidade ou empresa), incluindo assessorias, consultorias e cooperação interinstitucional. A prestação de serviços se caracteriza por intangibilidade, inseparabilidade e não resulta na posse de um bem. Quando a prestação de serviço se oferece como curso ou projeto de extensão, deve ser registrada como tal (curso ou projeto).

As atividades extensionistas identificadas como Prestação de Serviços, tal como apresentadas no Censo, além das questões mais genéricas – e algumas, como no item relativo a Eventos -- já apontadas, têm características próprias que dificultam o entendimento ou o enquadramento ou uma visão adequada do universo a que se referem.

Por exemplo, não se pode inferir qualquer coisa sobre as atividades de Atendimento em Saúde Humana sem se ter informações sobre as IES que mantém cursos na área de saúde, que mantém hospitais universitários, etc. O mesmo se aplica em relação à saúde animal, ou seja, não se pode medir ou

avaliar o nível ou o impacto dessas atividades sem que se tenha um recorte mais adequado do universo a que se refere.

Prestações de Serviços Institucionais por Tipo de Serviço, segundo a Organização Acadêmica e Categoria Administrativa - Brasil 2004

Tipo de Serviço	Pública	Atividade por IES	Privada	Atividade por IES
Público Atendido				
Espaços e Museus Culturais	911.164	4.067,70	3.955.376	2.210,94
Espaços e Museus de Ciência e Tecnologia	428.071	1.911,03	283.428	158,43
Cines-Clubes	149.639	668,03	103.007	57,58
Serviço Eventual				
Assessorias	323.163	1.442,69	12.356	6,91
Consultorias	3.430	15,31	27.967	15,63
Curadorias	140	0,63	765	0,43
Ativ. Propriedade Intelectual				
Patentes e Modelos de Utilidades	154	0,69	698	0,39
Registro de Marcas e Softwares	49	0,22	62	0,03
Contratos de Transferência de Tecnologia	87	0,39	293	0,16
Registro de Direitos Autorais	356	1,59	101	0,06
Exames e laudos Técnicos				
Laudos Emitidos	122.038.896	544.816,50	362.307	202,52
Atendimento Jurídico				
Atendimentos Jurídicos	152.430	680,49	787.222	440,03
Atendimento Saúde Humana				
Consultas Ambulatoriais	4.759.630	21.248,35	5.071.489	2.834,82
Consultas de Emergência e Urgência	1.552.789	6.932,09	1.874.704	1.047,91
Internações	270.285	1.206,63	356.730	199,40
Cirurgias	207.879	928,03	260.976	145,88
Exames Laboratoriais	14.499.121	64.728,22	6.942.800	3.880,83
Exames Complementares	2.204.203	9.840,19	2.762.510	1.544,16
Atendimento Saúde Animal				
Atendimentos Veterinários	85.653	382,38	229.161	128,09
Internações Veterinárias	9.932	44,34	28.134	15,73
Cirurgias Veterinárias	18.482	82,51	27.596	15,43
Exames Laboratoriais e Complementares em Veterinária	92.194	411,58	187.063	104,56
Outros	3.937.396	17.577,66	7.751.142	4.332,67

Fonte: MEC/Inep/Deaes.

A tabela acima chama a atenção para um aspecto não visível a partir das planilhas enviadas mas que já foi objeto de análise pela equipe do Observatório Universitário³: qualidade e confiabilidade dos dados. Independentemente da necessidade de se analisar os dados sobre as atividades de prestação de serviço à luz das características acadêmicas das IES, é difícil imaginar que (1) as IES sobrevivam com taxas tão baixas em algumas atividades como as apresentadas e (2) é, no mínimo, estranho certas disparidades entre as taxas apresentadas pelas IES públicas e as privadas. Por exemplo, observe-se os resultados para a atividade Atendimentos Jurídicos. À falta de outra medida, considere-se que, em 2003, as IES privadas respondiam por 83,66% dos concluintes dos cursos de Direito; considere-se, ainda que essa atividade extensionista se dá, fundamentalmente, em função de um requisito curricular obrigatório para todos os concluintes de Direito. Por que, então, o número de atendimentos por unidade é bem superior nas IES públicas? Tomando por suposto que não haja erro nos dados, a questão do porte talvez explique. Ou seja, as IES não universitárias puxariam a média das privadas para baixo. Neste caso, portanto, é possível que ao se trabalhar com os dados desagregados por tipo de instituição e categoria administrativa se obtenha um resultado favorável às questões apontadas. Em outros casos, porém, como já apontado, só com o concurso de dados não contemplados nas tabelas apresentadas, é possível elaborar uma análise mais profunda sobre as atividades extensionistas.

Finalmente, e apenas para registro, como interpretar a coexistência números tão díspares como os observados para laudos técnicos?

IV - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste sentido, e mesmo entendendo que Censo e avaliação são práticas distintas, embora complementares, é importante registrar que maior sentido terão os dados quando cotejados com os resultados obtidos pelo processo de avaliação conduzido pela CONAES, pelas características e propósitos manifestos da prática extensionistas.

Mais que isso, só se poderá medir mérito e valor quando as informações sobre as atividades de extensão das IES quando estas puderem ser avaliadas em nível bem mais desagregado - mais que por categoria administrativa, tipo de instituição e região - e no contexto das comunidades em que se inserem⁴.

³ Documento de Trabalho **Possíveis Inconsistências da Base de Dados Desagregados do Censo da Educação Superior 2003**, Leandro Molhano e Vitor de Moraes Peixoto, *setembro de 2005*.

⁴ Extensão é uma obrigação constitucional (art. 207) de universidades. Para IES não universitárias, tirando os casos que se associem ao ensino, é quando muito uma opção de receita.

Ou seja, os dados sobre as atividades extensionistas captados pelo Censo, por si só, pouco informam sobre a atividade seja do ponto de vista de sua realização seja do ponto de vista mais amplo, como instrumento de política social. Ou seja pouco ou quase nada valem os dados se considera definições tais como:

- . a extensão universitária deve caminhar articulada com o ensino e a pesquisa;
- . a extensão articula as relações entre a comunidade acadêmica e a sociedade no sentido da transformação social⁵.

⁵ Documento elaborado pelo Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras

Documentos de Trabalho do Observatório Universitário

1. **Agências Reguladoras: Gênese, Contexto, Perspectiva e Controle**, Edson Nunes. *Trabalho apresentado no "II Seminário Internacional sobre Agências Reguladoras de Serviços Públicos". Instituto Hélio Beltrão, Brasília, 25 de Setembro de 2001. Série Estudos de Políticas Públicas, outubro de 2001; também publicado em Revista de Direito Público da Economia, Belo Horizonte, ano 1, n. 2, p. 1-384, abr/jun 2003.*
2. **O Sistema de Pesquisa Eleitorais no Brasil, Seu Grau de Confiabilidade e Como as Mesmas Devem Ser Lidas por Quem Acompanha o Processo à Distância**, Edson Nunes. *Palestra proferida no seminário: "Elecciones en Brasil: sondeos y programas", Fundação Cultural Hispano Brasileira e Fundação Ortega y Gasset, Madrid, 25 de junho de 2002. (texto não disponível)*
3. **Sub-Governo: Comissões de Especialistas, e de Avaliação, Política Educacional e Democracia**, Edson Nunes, Márcia Marques de Carvalho e David Moraes. *Trabalho apresentado no "II Fórum Educação, Cidadania e Sociedade: A Educação como Fator de Desenvolvimento Social e Econômico". Fundação Cesgranrio, Rio de Janeiro, 12 de dezembro de 2002; versão revista e final, publicada nesta mesma série, no. 16, sob o título "Governando por Comissões".*
4. **Cronologia de Instalações das Agências Reguladoras**, Catia C. Couto e Helenice Andrade. *janeiro de 2003; incorporado ao relatório final da pesquisa sobre as agências reguladoras nacionais (em elaboração).*
5. **Corporações, Estado e Universidade: O Diálogo Compulsório sobre a Duração de Cursos Superiores no Brasil**, Edson Nunes, André Nogueira e Leandro Molhano, *fevereiro de 2003.*
6. **O Atual Modelo Regulatório no Brasil: O Que Já Foi Feito e Para Onde Estamos Indo"?**, Edson Nunes. *Seminário "O Atual Modelo Regulatório no Brasil: o que já foi feito e para onde estamos indo?". Escola Nacional de Saúde Pública - UCAM / Fiocruz, Rio de Janeiro, 18 de março de 2003 (texto não disponível)*
7. **Relação de Agências Reguladoras Nacionais**, Edson Nunes e Enrico Martignoni, *março de 2003; incorporado ao relatório final da pesquisa sobre as agências reguladoras nacionais (em elaboração).*

8. **Gênese e Constituição da Anatel**, Edson Nunes e Helenice Andrade, março de 2003; incorporado ao relatório final da pesquisa sobre as agências reguladoras nacionais (em elaboração).
9. **O Caso desviante do Ensino Superior Brasileiro: uma Nota Técnica**, Edson Nunes. Palestra proferida na 69ª Reunião plenária do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras – CRUB, Painel sobre os Novos Cenários da Educação Superior: Visão Internacional. Rio de Janeiro, abril de 2003.
10. **Governo de Transição FHC - Lula**, Cátia C. Couto e Helenice Andrade. *Série Estudos de Políticas Públicas*, junho de 2003.
11. **Gênese e Constituição da Aneel**, Edson Nunes e Cátia C. Couto, junho de 2003; incorporado ao relatório final da pesquisa sobre as agências reguladoras nacionais (em elaboração).
12. **Gênese e Constituição da Anp**, Edson Nunes e Helenice Andrade, junho de 2003; incorporado ao relatório final da pesquisa sobre as agências reguladoras nacionais (em elaboração).
13. **Espaços Públicos: Violência e Medo na cidade do Rio de Janeiro**, David Moraes. *Série Estudos de Políticas Públicas*, julho de 2003.
14. **Desconstruindo PNE - Nota Técnica**, Márcia Marques de Carvalho. *Série Educação em Números*, julho de 2003; versão revista e final, publicada, nesta série, sob o título “Expansão do Ensino Superior: Restrições, Impossibilidades e Desafios”. Documento de Trabalho no. 25.
15. **Engenharia Reversa das Condições de Ensino**, Ana Beatriz Gomes de Melo, Enrico Martignoni, Leandro Molhano e Wagner Ricardo dos Santos, julho de 2003.
16. **Governando por Comissões**, Edson Nunes, David Moraes e Márcia Marques de Carvalho, julho de 2003.
17. **Agências Reguladoras: O Governo Lula e o Mapeamento do noticiário sobre as mudanças nas Agências Reguladoras (período entre 01/12/2002 e 31/07/2003)**, Edson Nunes, Cátia C. Couto, Helenice Andrade e Patrícia de O. Burlamaqui; incorporado ao relatório final da pesquisa sobre as agências reguladoras nacionais (em elaboração).
18. **Clipping de Jornais - O Governo Lula**, Cátia C. Couto, Helenice Andrade e Patrícia de O. Burlamaqui. *Série Estudos de Políticas Públicas*, agosto de 2003.

19. **Segurança versus Insegurança**, David Morais. *Série Estudos de Políticas Públicas*, agosto de 2003.
20. **Regulação no Sistema de Educação Superior**, Edson Nunes - André Magalhães Nogueira, Ana Beatriz Moraes, Eleni Rosa de Souza, Helena Maria Abu-Mehry Barroso Leandro Molhano, Márcia Marques de Carvalho, Paulo Elpídio Menezes Neto e Wagner Ricardo dos Santos. *Texto de apoio para a Comissão Especial da Avaliação da Educação Superior (CEA). Essa Comissão foi designada pelas Portarias MEC/SESu número 11 de 28 de abril de 2003 e número 19 de 27 de maio de 2003 e instalada pelo Ministro da Educação, Cristovam Buarque em 29 de abril de 2003, agosto de 2003*
21. **Uma medida de eficiência em Segurança Pública**, David Morais. *Série Estudos de Políticas Públicas*, outubro de 2003.
22. **Desconstruindo PNE : Limitações Estruturais e Futuro Improvável**, Edson Nunes, Márcia Marques de Carvalho e Enrico Martignoni . *Trabalho apresentado no "II Encontro de Dirigentes de Graduação das IES Particulares.. Fortaleza, 27-29 de agosto de 2003. Incorporado do Documento de Trabalho no. 25, de outubro de 2003*
23. **PNE: Restrições, Impossibilidades e Desafios Regionais**, Edson Nunes, Enrico Martignoni e Márcia Marques de Carvalho, *Trabalho apresentado no II Encontro Regional do Fórum Brasil de Educação Tema: Projeto de Educação Nacional: desafios e políticas. Goiânia, setembro de 2003. Incorporado do Documento de Trabalho no. 25, de outubro de 2003*
24. **Estrutura e Ordenação da Educação Superior: Taxionomia, Expansão e Política Pública**, Edson Nunes, Enrico Martignoni, Leandro Molhano e Marcia Marques de Carvalho. *Trabalho apresentado no Seminário: "Universidade: por que e como reformar?". Brasília, Senado Federal 06 e 07 de agosto de 2003; também publicado em A Universidade na Encruzilhada. Brasília: UNESCO, Ministério da Educação, 2003.*
25. **Expansão do Ensino Superior: Restrições, Impossibilidades e Desafios Regionais**, Edson Nunes, Enrico Martignoni e Márcia Marques de Carvalho, *outubro de 2003.*
26. **Projeção da Matrícula no Ensino Superior no Brasil, por Dependência Administrativa: um Exercício Preliminar**, Márcia Marques de Carvalho. *Série Educação em Números*, janeiro de 2004.
27. **Matrícula e IES: Relação e Projeção**, Márcia Marques de Carvalho. *Série Educação em Números*, fevereiro, 2004.

28. **Entre o Passado e o Presente**, David Morais. *Série Estudos de Políticas Públicas, março de 2004.*
29. **Demanda Potencial e Universidade: Notas sobre a Região Metropolitana do Rio de Janeiro**, Márcia Marques de Carvalho. *Trabalho apresentado no seminário “Niterói 2008 – o Futuro É Agora”.* Rio de Janeiro, 27 de março de 2004. *Série Educação em Números, março de 2004.*
30. **Niterói: Cidade Universitária?**, Edson Nunes, Enrico Martignoni, Márcia Marques de Carvalho. *Trabalho apresentado no seminário “Niterói 2008 – o Futuro É Agora”.* Rio de Janeiro, março de 2004.
31. **As Ações no Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) Relacionadas aos Serviços Educacionais**, Edson Nunes, Fabiana Coutinho Grande e Leandro Molhano. *Série Estudos de Políticas Públicas, maio de 2004.*
32. **Perfil dos Egressos, Quotas e Restrições: uma Observação da Educação Superior no Momento de sua Reforma**, Edson Nunes, Enrico Martignoni, Márcia Marques de Carvalho. *Trabalho apresentado no “Fórum Educação, Cidadania e Sociedade: Reforma do Ensino Superior. Fundação Cesgranrio, Rio de Janeiro – RJ, 14 de julho de 2004; versão revista e atualizada deste trabalho foi publicada sob o título Educação, Quotas e Participação no Brasil, Documento de Trabalho nº 33.*
33. **Educação, Quotas e Participação no Brasil (Alemanha)**, Edson Nunes, Enrico Martignoni, Márcia Marques de Carvalho. *Trabalho apresentado no “Diálogo das sociedades civis Brasil - Alemanha”, Congresso, Tema: Responsabilidade e solidariedade na democracia: sociedade – política – economia. Palestra: Estratégias para democracia e justiça no Brasil: quotas, educação e participação - Landesbank Baden-Wuerttemberg (LBBW – Banco do Estado de Baden-Wuerttemberg), Stuttgart – Alemanha, 22 e 23 de junho de 2004; também publicado em Universidade em Questão, Lauro Morhy (org). Brasília: Editora UNB, 2003, sob o título “Universidade Brasileira: acesso, exclusão social e perspectivas dos egressos”.*
34. **A Outra Reforma Universitária para a Sociedade do Conhecimento**, Edson Nunes e Leandro Molhano. *Trabalho apresentado no Fórum do INAE, Mesa Redonda: O Modelo de Educação para a Economia do Conhecimento. Rio de Janeiro, 17 de maio de 2004; também publicado em Novo Modelo de Educação para o Brasil, J.P.dos Reis Velloso e R.C. de Albuquerque, orgs. Rio de Janeiro, José Olympio, 2004.*
35. **Ensino Superior Público e Privado no Brasil: Expansão, Evasão e Perfil dos Concluintes**, Edson Nunes e Márcia Marques de Carvalho. *Texto*

apresentado no "Unesco Fórum on Higher Education, Research & Knowledge: Primeira Conferência Regional Latinoamericana del foro Unesco sobre educacion". Porto Alegre, UFRGS, 01 a 03 de setembro de 2004. *Série Educação em Números*.

36. **Nota Técnica sobre os documentos "Considerações sobre Autorização dos Cursos de Medicina" e "Consideração sobre Autorização dos Cursos de Direito"**, Wagner Ricardo dos Santos e Leandro Molhano. *Texto apresentado na Reunião do Conselho Nacional de Educação, Brasília, setembro de 2004.*
37. **Nota Técnica: Estudo Comparativo para Projeto do Decreto de EAD**, Helena Maria Barroso e Ives Ramos, *Texto apresentado na Reunião do Conselho Nacional de Educação, Brasília, outubro de 2004.*
38. **Nota Técnica sobre Avaliação Institucional Externa de Faculdades, Centros Universitários e Universidades**, Leandro Molhano e Wagner Ricardo dos Santos. *Texto apresentado no "Fórum de Reitores do Rio de Janeiro: Nova Política de Avaliação do Ensino Superior", FIOCRUZ, Rio de Janeiro, 22 de setembro de 2004; também apresentado na Reunião do Conselho Nacional de Educação, Brasília, outubro de 2004.*
39. **Engenharia Reversa: Análise do Instrumento de Avaliação Institucional Externa de Universidades**, Leandro Molhano e Wagner Ricardo dos Santos. *Texto apresentado na Reunião do Conselho Nacional de Educação, Brasília, novembro de 2004*
40. **Ensino Superior e Políticas de Inclusão: Análise dos Gastos Familiares com Educação Superior**, Enrico Martignoni e Ana Beatriz Gomes de Moraes. *Texto apresentado no IX Congresso Solar, Rio de Janeiro, outubro de 2004.*
41. **Economia Política e Regulação da Educação Superior no Brasil**, Edson Nunes, Enrico Martignoni e Leandro Malhano. *Publicado em Avaliação e Regulação da Educação Superior: Experiências e Desafios, Daniel de A. Ximenes (org). Brasília: FUNADESP, 2005.*
42. **Mensuração dos Conteúdos Acadêmicos da Educação Superior**, André Magalhães Nogueira, Edson Nunes e Helena Maria Barroso, *abril de 2005.*
43. **O Ensino e a Profissão Jurídica no Brasil: uma Visão Quantitativa**, Edson Nunes e Márcia Marques de Carvalho. *Série Educação em Números, julho de 2005 (versão preliminar em processo de revisão).*

44. **Diretrizes Políticas da Educação Superior x Instrumentos de Avaliação: uma Nota Técnica**, equipe do Observatório Universitário, *maio de 2005.*
44. **A - Análise dos instrumentos de Avaliação de Universidades e Centros Universitários**, Helena Maria Barrozo e Ivanildo Ramos Fernandes, *maio de 2000*
45. **A Questão Universitária no Sistema Federal de Ensino**, André Magalhães Nogueira, Edson Nunes e Helena Maria Barroso, *julho de 2005.*
46. **Considerações sobre o Conceito de “Necessidade Social”**: Uma Nota Técnica, Enrico Martignoni e Leandro Molhano, *abril de 2005.*
47. **Os Desafios da Universidade Brasileira neste Início de Século e a Formação de nossas Elites**, Edson Nunes, *agosto de 2005.*
48. **Correspondência entre Diploma e Profissão dos Administradores**, Edson Nunes e Márcia Marques de Carvalho. *Série Educação em Números*, agosto de 2005. *Incorporado ao Documento de Trabalho no. 50. (versão preliminar em processo de revisão)*
49. **Possíveis Inconsistências da Base de Dados Desagregados do Censo da Educação Superior 2003**, Leandro Molhano e Vitor de Moraes Peixoto, *setembro de 2005.*
50. **Correspondência entre Diploma e Profissão**, Enrico Martignoni, Leandro Molhano, Márcia Carvalho e Vitor Peixoto. *Série Educação em Números*, novembro de 2005. *Este texto foi revisto em maio de 2006, incorporando os Documentos de Trabalho no. 48 e 51.*
51. **Correspondência entre Diploma e Profissão - Pedagogia**, Enrico Martignoni, Leandro Molhano, Márcia Carvalho e Vitor Peixoto. *Série Educação em Números*, novembro de 2005. *Incorporado ao Documento de Trabalho no 50.*
52. **IES e UCAM: a visão do carioca**, David Moraes e Márcia Carvalho. *Série Educação em Números*, dezembro de 2005 (*versão preliminar*).
53. **A Reforma que não houve**, Edson Nunes e Leandro Molhano, *abril de 2006. Publicado, sob o título “A Reforma Universitária no Quadro-Negro”, em Custo Brasil – Soluções para o Desenvolvimento, ano 1, no. 2, abril/maio de 2006.*